

PROJETO DE LEI ORÇAMENTO ANUAL 2021
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
DAS METAS ANUAIS PARA RECEITAS
(Artigo 4º - Parágrafo 1º e 2º)

ÍNDICES FISCAIS

PARÂMETROS	2019	2020	2021	2022	2023
Inflação Média	3,40%	2,50%	3,75%	3,50%	3,50%
Crescimento Econômico			1,3 %	2,50%	2,50%
Margem de Erro			2,0%	1,5%	1,5%
Projeção da Receita Corrente Líquida R\$	101.000.000,00	103.000.000,00	105.500.000,00	110.600.000,00	116.000.000,00
RCL REALIZADA R\$	100.324.483,41				

Consulta: [www.debit.com.br/indices_cumulados/BOLETIM_FOCUS/FUNDAÇÃO_SEADE/Diretrizes 2021](http://www.debit.com.br/indices_cumulados/BOLETIM_FOCUS/FUNDAÇÃO_SEADE/Diretrizes_2021) - Município de São Paulo/Ministério da Economia

O Anexo de Metas Fiscais faz parte do Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias – PLDO, tendo em vista a determinação contida nos parágrafo 1º e 2º do Artigo 4º da Lei Complementar Nº 101/2000. No referido anexo, são estabelecidas metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e também o montante da dívida do Município de Cajati, para o exercício a que se referem e para os dois seguintes.

Nesse sentido, são apresentadas as perspectivas econômicas com base no cenário projetado para os Exercícios de 2021, 2022 e 2023. Embora a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) tenha impactado negativamente nas atividades econômicas do país, tornando desafiador a projeção para o próximo triênio, o cenário macroeconômico prevê a retomada do crescimento em nível moderado a partir de 2.021.

As receitas para o Exercício de 2021 foram estimadas considerando as receitas arrecadadas nos últimos dois anos e o comportamento da arrecadação até Setembro do ano corrente. Então projetamos uma arrecadação de **Receita Tributária Bruta** para **2.021** no montante de **R\$ 19.715.000,00** (dezenove milhões, setecentos e quinze mil reais), deduzindo a estimativa de **Renúncia de Receita** no montante de **R\$ 360.000,00** (trezentos e sessenta mil reais), ficando assim uma **Receita Tributária Líquida aproximada de R\$ 19.355.000,00** (dezenove milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil reais).

Foram ponderadas as peculiaridades que afetam o desempenho de cada fonte de receita, utilizando-se os principais índices econômicos na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2.021, receitas que resumidamente demonstramos a seguir:

Receita Tributária:

- **ISS** – Imposto relacionado com o nível de atividade econômica, porém, observando os exercícios anteriores, há uma variação desequilibrada, ficando

difícil estimar tal imposto. Sendo assim, utilizamos a tendência da inflação, e também a expansão do perímetro urbano para os próximos exercícios, melhorando assim a arrecadação.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC. VARIAÇÃO %
2016	7.817.323,00	-
2017	8.879.574,36	13,59
2018	9.007.997,18	1,44
2019	9.503.394,25	5,50%
2020*	10.000.000,00	5,50%
2021	10.600.000,00	5,50%
2022	11.150.000,00	5,50%
2023	11.700.000,00	5,50%

*Valor Atualizado

- **IPTU** – Quanto ao IPTU em 2019 foi contratada empresa especializada para realização do levantamento imobiliário, também houve o Concurso Público com o chamamento de novos fiscais de posturas. Portanto, estamos projetado para o próximo triênio apenas a correção pela inflação com um crescimento moderado para 2021 e maior para 2022 e 2023, tendo em vista a empresa contratada ainda estar executando os serviços em 2.020.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2016	3.067.182,69	-
2017	3.615.800,89	17,86
2018	3.931.256,18	8,74
2019	4.263.053,15	8,45
2020*	4.270.000,00	-
2021	4.520.000,00	6,0
2022	4.500.000,00	3,0
2023	4.725.000,00	5,0

*VALOR ATUALIZADO

- **Demais Impostos e Taxas** – foram utilizados a média da inflação dos índices IPC (FIPE), IGP-M (FGV), INPC (IBGE) e IPCA (IBGE), mais a pequena projeção de crescimento econômico, ficando em torno de **R\$ 4.235.000,00** (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais).

Receita de Contribuições: compreende a receita proveniente da CIP – Contribuição de Iluminação Pública. A receita estimada considerou a receita arrecadada no Exercício de 2.020 até Setembro, acrescida da média da inflação, ficando em torno de **R\$ 750.000,00** (setecentos e cinquenta mil reais).

Receitas Patrimoniais: a projeção desse grupo de receitas levou em consideração o período um pouco mais longo em que os recursos ficam aplicados sem utilização, um provável superávit financeiro que ocorrerá em 2020, a celebração de vários convênios, e principalmente a demora do desfecho das licitações ocasionando que os recursos fiquem aplicados num tempo maior. A previsão ficou em torno de **R\$ 300.000,00** (trezentos mil reais) para o Exercício de 2.021.

Transferências Correntes: Recursos provenientes do Estado e da União, de natureza constitucional, legal ou voluntária; convênios firmados com Secretarias e Ministérios e ainda Transferências Intergovernamentais como o FUNDEB. Destacam-se neste grupo:

F.P.M. – Fundo de Participação dos Municípios

Foi estimado em função da arrecadação dos últimos exercícios e o arrecadado até Setembro/2020, corrigida pela taxa de inflação e crescimento econômico do país. Entendemos que passada a crise econômica devida à pandemia do coronavírus, acreditamos que tenhamos um melhor crescimento, alavancado pela expectativa de novas regras e apoio do Governo Federal com medidas que impulsionem a economia do Brasil.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2016	18.941.183,26	-
2017	18.276.757,73	- 3,50
2018	19.470.307,48	6,53
2019	21.439.977,57	10,12
2020*	19.000.000,00	- 10,00
2021	23.000.000,00	6,50
2022	24.350.000,00	6,50
2023	26.200.000,00	7,50

*VALOR ATUALIZADO

COTA-PARTE DO ICMS:

O ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, como poderá ser observado nos últimos anos tem uma variação irregular não podendo ser considerado para apuração dos próximos exercícios a média de arrecadação dos exercícios anteriores. Portanto, acreditando na retomada do crescimento a partir de 2021 e acentuando para os próximos exercícios, estimamos pela média de inflação mais o crescimento econômico ficando em torno de 2,5 a 5,5 % (por cento) ao ano.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2016	32.243.389,83	3,5



2017	32.324.330,43	0,3
2018	33.976.341,41	5,11
2019	34.408.472,79	1,27
2020*	32.300.000,00	- 6,0
2021	33.500.000,00	3,75
2022	34.700.000,00	3,50
2023	35.800.000,00	3,50

*VALOR ATUALIZADO

COTA-PARTES IPVA:

Apesar desta fonte de receita ter apresentado uma evolução acima dos índices de inflação, ela é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar sua arrecadação. Avaliamos o comportamento dos valores arrecadados no último exercício e o arrecadado até Setembro/2020, e acreditamos que devido à pandemia haverá um crescimento gradativo devido à queda nas vendas de veículos e crise financeira dos cidadãos.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO - R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2016	2.607.181,73	- 5,0
2017	2.593.612,27	-0,5
2018	3.083.041,45	18,90
2019	3.278.639,13	6,33
2020*	3.600.000,00	9,82
2021	3.750.000,00	3,5
2022	3.880.000,00	3,5
2023	4.020.000,00	3,5

*VALOR ATUALIZADO

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS:

As Transferências de Recursos do SUS vêm aumentando em decorrência de nova metodologia de repasses através de Blocos de Custeio e Investimentos. Para 2.021, 2.022 e 2023, projetamos a evolução dessa receita considerando uma inflação anual de 3,75% (por cento) ao ano e também considerando a ocorrência de apoio financeiro para enfrentamento ao COVID-19 no próximo exercício aos municípios, ficando o montante de **R\$ 5.199.000,00** (cinco milhões, cento e noventa e nove mil reais) como previsão para 2021.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB:

As transferências de recursos do FUNDEB têm apresentado até 2016 uma evolução decrescente tendo em vista a diminuição de alunos em idade escolar do ensino fundamental. Todavia, com relação aos alunos do ensino infantil haverá uma melhoria na questão ampliação do atendimento em creche, devido à construção de 02

Creches com término em Dezembro de 2020, portanto, estima-se um aumento nos recursos do FUNDEB, a saber:

ANO	VALOR ARRECADADO /PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2016	12.351.709,53	-0,6
2017	13.675.557,49	10,72
2018	14.836.055,16	8,49
2019	16.819.586,22	13,37
2020*	16.600.000,00	- 1,32
2021	18.000.000,00	8,00
2022	18.600.000,00	3,50
2023	19.300.000,00	3,50

*VALOR ATUALIZADO

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

Quanto ao CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, projetamos a receita com base nas alterações de metodologia de cálculo realizadas pela ANM, considerando a Lei Nº 13.540 de 18/12/2017, Decreto Nº 9.407 de 12/06/2018, Resolução ANM Nº 6, de 02/04/2019 e Resolução ANM Nº 25, de 11/02/2020.

ANO	VALOR ARRECADADO E PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2016	3.287.021,21	39,63
2017	2.936.451,31	- 10,5
2018	2.999.429,28	2,15
2019	2.275.901,73	- 24,14
2020*	3.900.000,00	71,42
2021	4.100.000,00	3,5
2021	6.100.000,00	CFEM (Decreto Nº 9.407/2018)
2022	4.200.000,00	3,5
2023	4.350.000,00	3,5

*VALOR ATUALIZADO

OUTRAS RECEITAS CORRENTES:

Devido às alterações no ementário/plano de contas da receita, a dívida ativa, multa se juros passam a ser classificados juntamente com a receita principal, IPTU, ISS, ITBI no plano contábil 1100.00.0.00.00. Ficando, no grupo das outras receitas correntes apenas indenizações, restituições e receitas diversas, tornando difícil sua estimativa. É provável decorrente de celebração de convênio junto ao DETRAN o Município venha a arrecadar mais recursos com referência à implantação no Município de **pátio para**

veículos apreendidos, sendo assim estamos calculando um valor maior para outras receitas correntes apenas em 2022 e 2023 e para 2021 em torno de **R\$ 226.000,00** (duzentos e vinte e seis mil reais).

RECEITAS DE CAPITAL:

As receitas de capital com origem em alienação de bens, operações de créditos e convênios, apresentam um comportamento extremamente irregular, não permitindo utilizá-lo como indicativo para projeção. O critério aqui adotado se baseia nas decisões tomadas em reuniões e audiência pública realizada para definir as prioridades e metas que serão incluídas na LDO.

Como os recursos originários do Município não são suficientes para atender as prioridades e metas aprovadas, a alternativa é buscar parcerias com o Governo Federal e Estadual através de convênios, contratos de repasse entre outros, vinculando à realização dessas prioridades a efetivação do ingresso desses recursos no Caixa do Tesouro Municipal. Neste sentido e em conversação com o Setor de Convênios, obtivemos algumas propostas lançadas nos sistemas e estimamos uma Receita de Capital para 2021 no montante de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais).

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA RECEITAS E DESPESAS (Artigo 4º - Parágrafo 1º)

Na projeção das despesas para o **triênio 2021 – 2023**, considerou inicialmente os gastos que vêm sendo efetuados no exercício corrente, acrescidos de uma inflação em torno de 2,5 a 5,5% (por cento). Também priorizando a manutenção da Administração Municipal, com ênfase na aplicação do ensino e saúde, buscando sempre pelo equilíbrio orçamentário e financeiro.

Quanto aos investimentos foram respeitadas as ações planejadas no PPA e revistos apenas metas físicas e financeiras. As metas contempladas estão vinculadas ao recebimento de convênios a serem firmados com Governo Federal e Estadual. Caso não se concretize tais receitas os investimentos serão readequados aos próximos anos ou de acordo com a necessidade e modificações apresentadas por cada unidade orçamentária responsável pelas metas e prioridades.

Especificação	Arrecadada	Orçada	Projetada		
	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	111.821.976,97	115.058.000,00	123.738.000,00	130.020.000,00	134.750.000,00
Receita Tributária	17.931.804,14	17.894.000,00	19.355.000,00	20.700.000,00	21.500.000,00
Receita de Contribuições	722.845,17	750.000,00	750.000,00	770.000,00	790.000,00
Receita Patrimonial	392.936,96	478.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
Transferências Correntes	92.110.163,10	95.494.000,00	103.107.000,00	107.250.000,00	111.060.000,00
Outras Receitas Correntes	664.227,60	442.000,00	226.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00
Deduções p/ Form. FUNDEB	11.497.493,56	12.058.000,00	11.738.000,00	13.020.000,00	13.650.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.417.896,67	4.000.000,00	5.000.000,00	3.500.000,00	3.000.000,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	241.770,00	100.000,00	200.000,00	0,00	0,00



Transferências de Capital	1.176.126,67	3.900.000,00	4.800.000,00	3.500.000,00	3.000.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	101.742.380,08	107.000.000,00	117.000.000,00	120.500.000,00	124.100.000,00

NOTA EXPLICATIVA: Na receita foi estimada uma inflação de 2,5 A 3,75% ao ano

Especificação	Executada	Orçada	Projetada		
	2019	2020	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES	94.231.975,89	100.320.990,00	106.646.000,00	109.800.000,00	113.000.000,00
Pessoal e Encargos	48.742.657,48	50.733.500,00	53.934.000,00	56.500.000,00	59.000.000,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	45.489.318,41	49.587.490,00	52.712.000,00	53.300.000,00	54.000.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	8.774.691,57	6.164.010,00	12.000.000,00	10.700.000,00	11.100.000,00
Investimentos	8.774.691,57	6.164.010,00	7.418.000,00	7.700.000,00	8.000.000,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	515.000,00	2.936.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00
TOTAL GERAL	103.006.667,46	107.000.000,00	117.000.000,00	120.500.000,00	124.100.000,00

NOTA EXPLICATIVA: Projetado uma inflação de 3,5% para os Exercícios de 2.022 e 2.023;

NOTA EXPLICATIVA: Quanto ao valor de Pessoal e Encargos para 2021, foi projetado apenas revisão anual de 3%, e para os exercícios seguintes foi computado 5% englobando revisão e um pequeno aumento salarial.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO ANEXO DE METAS FISCAIS

O Resultado Primário, por sua vez, procura medir o comportamento fiscal do Governo Municipal no período e é decorrente da diferença entre Receitas Primárias e as Despesas Primárias. Entende-se como Receitas Primárias a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas inerentes à função arrecadadora do Município excluindo-se as receitas financeiras. Como Despesa Primária, as despesas orçamentárias do Governo Municipal no período, excluindo-se as despesas com dívidas financeiras.

Discriminação	2018	2019	2020*	2021	2022	2023
RECEITA TOTAL	97.050.557,90	101.742.380,08	107.000.000,00	117.000.000,00	120.500.000,00	124.100.000,00
(-) Aplicações Financeiras	533.285,52	392.936,96	478.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos	(222.955,00)	(241.770,00)	100.000,00	200.000,00	0,00	0,00
= RECEITA PRIMÁRIA (I)	96.517.272,38	101.349.443,12	106.422.000,00	116.500.000,00	120.200.000,00	123.800.000,00
DESPESA TOTAL PAGA	95.187.942,70	104.458.701,52	104.860.000,00	114.660.000,00	118.090.000,00	121.324.000,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
= DESPESA PRIMÁRIA (II)	95.187.942,70	104.458.701,52	104.860.000,00	114.660.000,00	118.090.000,00	121.324.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	1.329.329,68	- 3.109.258,40	1.562.000,00	1.840.000,00	2.110.000,00	2.476.000,00

*ATUALIZADO

NOTA EXPLICATIVA: Quanto à despesa total paga foi previsto com dedução da despesa total 2% ao ano.

Especificação	2021	2022	2023
Precatórios	1.300.000,00	900.000,00	700.000,00
RPV e Outras Sentenças	150.000,00	100.000,00	100.000,00
Dívida Consolidada	1.450.000,00	1.000.000,00	800.000,00



Quanto à dívida á longo prazo do Município há inscrito **10 precatórios** (alimentar) com valor aproximado de **R\$ 762.000,00** (setecentos e sessenta e dois mil reais), sendo todos referentes às ações trabalhistas. E também **04 Precatórios Outras Espécies** no valor aproximado de **R\$ 538.000,00** (quinhentos e trinta e oito mil reais), totalizando Precatório a pagar em 2021 de **R\$ 1.300.000,00** (hum milhão, trezentos mil reais). Não há conhecimento de outras dívidas á longo prazo até a presente data de elaboração e apresentação do Orçamento Anual para 2021.

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
(LRF, Art. 4º, Parágrafo 3º)**

MUNICÍPIO: CAJATI

EXERCÍCIO: 2.021

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor – R\$	Descrição	Valor – R\$
Frustraçāo de Arrecadação	5.640.000,00	Limitação de Empenhos – Despesas Correntes	2.540.000,00
Discrepâncias de Projeções	4.400.000,00	Limitação de Empenho – Despesas de Capital	8.600.000,00
Restituição de Tributos a Maior	100.000,00		
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidade pública	560.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a Partir da Reserva de Contingência	560.000,00
Demandas Judiciais	1.000.000,00		
TOTAL	11.700.000,00	TOTAL	11.700.000,00

FONTE: Departamento de Finanças e Departamento de Tributação.

DETALHAMENTO

Em conformidade com o que dispõe o Parágrafo 3º, do Artigo 4º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2.000, este Anexo tem como objetivo a identificação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o **equilíbrio das contas públicas**, bem como as providências a serem tomadas caso estes não vierem a se concretizar no decorrer do Exercício Financeiro de 2.021.

Na questão de riscos orçamentários, há possibilidade de frustração na parte de arrecadação, taxa de inflação ou fatos novos e imprevisíveis à época da elaboração da lei orçamentária. Além de divergências entre parâmetros estimados e parâmetros efetivos que poderão ocasionar mudanças econômicas que influenciarão no montante de recursos arrecadados e na execução das despesas.

Em consequência da pandemia do coronavírus, torna-se difícil projetar neste cenário econômico de incertezas. Diante disso, estamos estimando **discrepâncias** com valores maiores, em torno de **3,76%** (por cento) da Receita total para 2021, ou seja, o montante de **R\$ 4.400.000,00** (quatro milhões e quatrocentos mil reais).

Também, com relação à frustração da arrecadação, para 2021, estimamos o recebimento do CFEM através da nova metodologia de distribuição implantada pela

Lei Nº 13.540 de 18 de Dezembro de 2017, Decreto Nº 9.407, de 12 de Junho de 2018, Resolução ANM Nº 6 de 02 de Abril de 2019 e Resolução ANM Nº 25 de 11 de Fevereiro de 2020, com base no recebimento no Exercício de 2.020. Sendo assim e por ser legislação nova também estamos estimando como frustração de arrecadação um valor significativo de **R\$ 5.640.000,00** (cinco milhões, seiscentos e quarenta mil reais) caso não ocorra o recebimento deste valor no próximo exercício ou em montante menor do esperado.

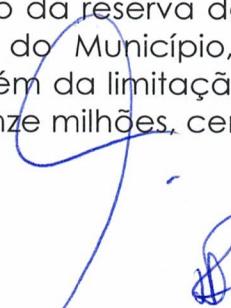
O **Município de Cajati**, já apresentou em outros exercícios, problemas da ordem de enchentes, ventanias, que ocasionaram desmoronamento de encostas e destelhamento de casas da zona rural e urbana c/ famílias desabrigadas, havendo assim, a necessidade de apoio às famílias, contratação de máquinas e outros equipamentos, serviços e materiais de higiene e limpeza, para regularização da situação. E também, nas ações da saúde no caso de Epidemias, entre outros que ocasionem soluções e gastos imediatos. Neste sentido estamos reservando o valor de **R\$ 560.000,00** (quinhentos e sessenta mil reais).

Quanto às condenações, desapropriações, multas e acordos judiciais, estão previstos no planejamento despesas c/ precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor – RPV informadas e de conhecimento da Administração Municipal, porém na avaliação de riscos teríamos que considerar em alguns casos estas ações que estão em tramitação ou ainda em fase de julgamento. Cumpre esclarecer que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante devido em relação a futuras ou eventuais condenações. Por outro lado não há possibilidade de precisar com clareza quando ocorrerá o término de ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos. Por este motivo estamos provisionando o valor de **R\$ 1.000.000,00** (hum milhão de reais) com base nas sentenças judiciais pagas nos exercícios anteriores e também no sentido de nos resguardar caso ocorra tal risco.

Quanto aos outros riscos fiscais passivos implícitos, dado o caráter de sua imprevisibilidade inerente ao tipo de risco, é muito difícil identificá-lo ou estimá-lo. A possibilidade de sua ocorrência se amplia quando o setor financeiro encontra-se em situação de vulnerabilidade, se os sistemas de fiscalização são deficientes ou se não há suficiente acesso à informação.

Estamos reservando o valor de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) para devolução de tributos cobrados indevidamente de acordo com processos administrativos em atendimento requerimentos de contribuintes diversos.

As medidas corretivas virão da reserva de contingência de 0,5% (meio por cento) da **Receita Corrente Líquida** do Município, no valor de **R\$ 560.000,00** (quinhentos e sessenta mil reais) e também da limitação de despesas corrente e de capital no total de **R\$ 11.140.000.000,00** (onze milhões, cento e quarenta mil reais).



DEMONSTRATIVO IX REPASSES AO TERCEIRO SETOR

OSC/ENTIDADE	VALOR DO REPASSE - R\$
ABRIGO JESUS ESPERANÇA E VIDA - RECURSO FEDERAL	40.000,00
ABRIGO JESUS ESPERANÇA E VIDA - RECURSO ESTADUAL	120.000,00
ABRIGO JESUS ESPERANÇA E VIDA - RECURSO MUNICIPAIS	456.000,00
ABRIGO JESUS ESPERANÇA E VIDA - RECURSO FMDCA	15.000,00
SUBTOTAL ENTIDADE ABRIGO	631.000,00
APAE - ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE CAJATI - RECURSO FEDERAL	220.000,00
APAE - ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE CAJATI - RECURSO ESTADUAL	22.968,00
APAE - ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE CAJATI - RECURSO MUNICIPAL - SOCIAL	117.000,00
APAE - ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE CAJATI - REC. MUNICIPAL - EDUCAÇÃO	273.000,00
SUBTOTAL ENTIDADE APAE	632.968,00
ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA PROJETO NOVA GERAÇÃO - RECURSO MUNICIPAL	237.000,00
SUBTOTAL ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA	237.000,00
TOTAL DE REPASSE PREVISTOS	1.500.968,00

DEMONSTRATIVO X CÁLCULO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA AS EMENDAS IMPOSITIVAS

RCL – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA PARA 2020	R\$ 108.000.000,00
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 1,2%	R\$ 1.296.000,00
DA EMENDA DE 1,2% A METADE 0,6% VAI PARA A SAÚDE	R\$ 648.000,00
A OUTRA METADE É LIVRE 0,6%	R\$ 648.000,00
EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 1%	R\$ 1.080.000,00
TOTAL DE RESERVA PARA EMENDAS IMPOSITIVAS	R\$ 2.376.000,00

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, 11/12/2020.


Solange Rosa
 CRC N° 1SP19309/0-3
 Titular do Depto. de Finanças

